



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

ATA

ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DA PARAÍBA, REALIZADA EM 17 DE
SETEMBRO DE 2024.

Presidência do Senhor Branco Mendes
- Presidente -

Secretários os Senhores deputado Júnior Araújo,
1º, e Felipe Leitão , 2º.

Às nove horas e trinta minutos do dia dezessete do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Plenário “Deputado José Mariz”, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, realizou-se a presente Sessão Ordinária; além dos membros da Mesa acima mencionados, comparecerem os Senhores Deputados e Deputadas Adriano Galdino (REP), Anderson Monteiro (MDB), Aron Andrade (PP) , Caio Roberto (PL), Camila Toscano (PSDB), Chico Mendes (PSB), Cida Ramos (PT), Chió (REDE), Danielle do Vale (REP), Del Wallber Virgolino (PL), Dinho Papaleguas (PSDB), Dr. Romualdo (MDB), Dr Taciano Diniz (UNIÃO), Drª Jane Panta (PP), Drª Paula (PP), Francisca Motta (REP), George Moraes (UNIÃO), Gilbertinho (UNIÃO), Hervázio Bezerra (PSB), Inácio Falcão

(PCdoB), João Gonçalves (PSB), Jutay Meneses (REP), Luciano Cartaxo (PT), Manoel Ludgério (PSDB), Michel Henrique (REP), Sargento Rui (PL), Silvia Benjamin (REP). Deixaram de comparecer, com faltas justificadas, os Senhores Deputados Bosco Carneiro Jr (REP), Eduardo Brito (SD), Eduardo Carneiro (SD), João Paulo Segundo (PP), Tanilson Soares (PSB) e Tião Gomes (PSB). Havendo número regimental, o Senhor presidente, "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano", declarou aberta a presente Sessão e fez 1 minuto de silêncio em homenagem às vítimas da COVID-19. Em seguida, o deputado George Morais leu uma passagem bíblica. O 1º secretário, deputado Júnior Araújo, leu o Expediente em mesa. O presidente deputado Branco Mendes colocou em votação a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, bem como da votação da redação final das proposições aprovadas na sessão anterior, aprovada. Na sequência, deu-se início ao Pequeno Expediente, concedendo-se a palavra ao primeiro orador inscrito, o deputado George Morais. Com a palavra fez as saudações de praxe e denunciou a situação da PB-085, que liga Pirpirituba a Pedro Régis e outras cidades. Ele destacou o estado caótico da estrada, com buracos e falta de sinalização, agora apelidada de "Rodovia da Morte", comunicando que uma professora faleceu recentemente e que estava previsto um protesto para fechar a rodovia. Expressou ainda sua indignação com a inércia do Governo Estadual e ressaltou a importância da melhoria da mobilidade e infraestrutura rodoviária. Sob tal aspecto, mencionou a aprovação de projeto de lei, de sua autoria, para a implantação de ciclovias nas rodovias estaduais em perímetros urbanos, que, embora aprovado na CCJ, foi vetado pelo Governo, informando que o projeto será reapresentado com as correções necessárias, e esperava que fosse debatido novamente em breve. Finalizou solicitando providências urgentes do Governo do Estado para resolver a situação da PB-085, que afetava negativamente toda a população

do Brejo paraibano. Prosseguindo foi à Tribuna o Deputado Dr Romualdo que, após fazer os cumprimentos habituais, comentou sobre as estradas e mobilidade urbana, mencionando cidades pequenas onde o Governo realizou asfaltamento, mas criticou a execução inadequada em alguns locais, como em Fagundes, onde a travessia urbana foi mal posicionada. Cobrou a conclusão de adutoras em diversas cidades, destacou também a ineficiência da Cagepa e a questão da falta de água, a exemplo de cidades como Cabaceiras e Barra de São Miguel, que apesar de estarem próximas ao açude de Boqueirão, enfrentam constantes interrupções no abastecimento. Falou ainda sobre a questão da apreensão de veículos de agricultores e pescadores por atrasos, salientando que essa prática prejudicava aqueles em condições vulneráveis, instante em que pontuou que foi apresentado um projeto de lei para impedir a apreensão de veículos nesses casos. Por fim, destacou a importância de proteger os trabalhadores rurais e pescadores, dando-lhes condições para sobreviver e prosperar economicamente. Logo depois, discursou o deputado Hervázio Bezerra que de início saudou a todos, mencionou ordem de serviço para a região do Brejo e para a estrada em Pedro Régis, momento que salientou que era um pleito antigo e que, no entanto, explicou que no serviço público, havia burocracia, como licitações, que muitas vezes resultavam em empresas que abandonavam as obras, como ocorreu nessa estrada. Mencionou ainda que tentou contato com o Dr. Carlos Pereira para esclarecer a situação e trazer uma resposta aos habitantes, relatando que a empresa contratada começou a obra, mas abandonou o local, deixando a estrada em pior estado. Ele também citou outros exemplos, como a obra de uma alça em Bananeiras, que levou quatro anos para ser concluída, e a triplicação da BR-230, que está paralisada. Encerrou afirmando que esses entraves burocráticos e falhas das empresas ocorrem em todos os níveis de governo, tanto federal quanto estadual e municipal, e que são desafios enfrentados pela

administração pública. Em seguida, falou a Deputada Francisca Mota. Com a palavra saudou a todos e discorreu sobre a tradicional festa religiosa de Nossa Senhora da Guia, padroeira da cidade de Patos, realizada anualmente com grande sucesso, expressando também sua felicidade ao participar do evento, ressaltando o impacto positivo na cidade. Agradeceu ainda a sanção de um projeto de sua autoria, sobre a primeira infância, no orçamento estadual, seguindo uma recomendação da ONU e do CNJ. Ela enfatizou a importância do cuidado especial com as crianças, destacando que apenas cinco ou seis estados no Brasil possuem uma lei semelhante em vigor. Logo após foi à Tribuna o deputado Jutay Menezes. Em seu discurso saudou a todos e citou grande preocupação em relação à crescente violência nas eleições, assinalando para a infiltração do crime organizado na política, com o objetivo de eleger representantes que defendam seus interesses e o uso de dinheiro ilícito nas campanhas eleitorais. Denunciou ainda práticas abusivas na cidade de Coremas, como a tentativa de compra de votos e intimidação de eleitores, casos de abuso de poder, como a negação de transporte escolar e de serviços de saúde a cidadãos. Por fim, fez um apelo ao Tribunal de Contas, à Polícia Federal, ao Ministério Público e à Justiça Eleitoral para que intervenham e investiguem esses abusos, ressaltando a necessidade de proteger a democracia e garantir eleições justas na cidade. Prosseguindo, falou a deputada Dra Paula que em seu discurso fez as saudações de praxe e dedicou um cumprimento especial ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, destacando a competência e integridade dos juízes, desembargadores e parabenizando pela decisão de indeferir a candidatura do deputado Chico Mendes para um terceiro mandato como prefeito de Cajazeiras. Ela fez críticas à forma como o deputado tratava funcionários e a população mais vulnerável, com referências ao impacto negativo de suas ações na vida dos cidadãos da cidade de Cajazeiras. O deputado Branco Mendes pediu que a tribuna fosse usada de forma

adequada e sugeriu que discussões políticas e desabafos fossem feitos em palanques e comícios, em vez de no Plenário. O deputado Taciano Diniz cumprimentou o presidente, colegas deputados, servidores, imprensa e os cidadãos da Paraíba, solicitando que a assessoria apresentasse imagens de um incêndio no Hospital Distrital de Itaporanga, ocorrido no dia 8 de setembro de 2024, devido a uma pane elétrica causada pela sobrecarga da estrutura antiga do hospital. Ele destacou que o hospital atende 18 municípios, com mais de 150 mil habitantes, e expressou preocupação com a situação. Desde 2019, o deputado vinha propondo emendas ao orçamento no valor de R\$ 16,5 milhões para reformar, ampliar e equipar o hospital, além de construir uma UTI. No entanto, lamentou que, apesar das promessas do governo, a obra ainda não havia sido iniciada. Enfatizou que, como médico e parlamentar, estava preocupado com a falta de insumos e medicamentos, além do incêndio, e cobrou do governo e da Secretaria de Saúde a realização urgente das reformas. O deputado também denunciou a situação do Hospital Regional de Piancó, que, segundo ele, enfrentava falta de insumos e medicamentos, resultando em um aumento no número de óbitos. Além disso, apontou a existência de perseguição política na gestão do hospital, onde se exigia apoio político para realizar cirurgias. Por fim, apelou ao Conselho Regional de Medicina, ao Ministério Público e à Secretaria de Saúde para que fosse realizada uma auditoria no hospital para investigar as causas dos problemas. Taciano Diniz ainda mencionou a paralisação das obras de pavimentação da rodovia PB370, que liga Curral Velho a Santana de Mangueira relatando que a empresa responsável abandonou a obra após realizar a limpeza da estrada, deixando dívidas com trabalhadores e fornecedores, e fez um apelo ao governo para que retomasse a pavimentação. Após, falou a deputada Cida Ramos. A deputada Cida Ramos destacou a roda de conversa realizada com pessoas com deficiência na Paraíba, incluindo representantes de diversas condições,

como deficiência auditiva, visual, física, Síndrome de Down e autismo, em alusão ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, celebrado em 21 de setembro. Enfatizou que, apesar de serem 18,6 milhões de pessoas no Brasil e 1 milhão e 45 mil na Paraíba, as pessoas com deficiência ainda enfrentam falta de direitos, sendo tratadas como "cidadãos de segunda categoria". A deputada mencionou que, embora leis importantes tenham sido aprovadas, como a que exige caixas acessíveis e intérpretes de Libras em eventos, essas leis não são cumpridas. Além disso, criticou as condições do transporte público e a dificuldade de acesso a laudos médicos, próteses e mesas adaptadas nos serviços de saúde para mulheres com deficiência física. Cida Ramos também ressaltou a falta de intérpretes de Libras em serviços públicos e a ausência de recursos para crianças autistas nas escolas, além da longa espera por órteses e próteses oferecidas pela Prefeitura de João Pessoa. Apesar dessas dificuldades, ela destacou a resiliência das pessoas com deficiência e reforçou o desejo de protagonismo dessas pessoas na política, sugerindo que a Assembleia Legislativa seja um fórum para discutir e legislar sobre esses direitos. Em seguida, o deputado Júnior Araújo iniciou parabenizando a cidade de Cajazeiras pelos festejos em honra à sua padroeira, Nossa Senhora da Piedade, ressaltando a importância da celebração. Ele mencionou sua crítica anterior à candidatura do deputado Chico Mendes à prefeitura de Cajazeiras, afirmando que desde o início havia sustentado a tese de que a candidatura não tinha base legal. Segundo Araújo, as promessas feitas por Mendes à população eram falsas e não poderiam ser cumpridas. Júnior Araújo celebrou a decisão unânime do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, que anulou a candidatura de Chico Mendes, reafirmando sua posição de que Mendes estava enganando a população de Cajazeiras. Concluiu dizendo que Mendes teve sorte de ser impedido de concorrer, pois enfrentaria uma derrota expressiva nas urnas. Depois, o deputado Sargento

Rui chamou atenção para a saúde mental dos policiais militares, destacando o estresse elevado e as perseguições dentro dos quartéis, especialmente em João Pessoa. Relatou um incidente em que um subordinado acusou um superior de agressão, sugerindo que o estresse no ambiente de trabalho está gerando conflitos internos. Sargento Rui criticou a falta de atenção do governador para com os militares, mencionando a ausência de aumentos salariais há mais de cinco anos e a falta de um Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) adequado. Ele também criticou a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) pela ineficiência em resolver problemas no fornecimento de água nos bairros de José Américo e Colibris, citando o atraso de quatro anos na compra de uma bomba prometida. O deputado sugeriu que, se a Cagepa não melhorar seu serviço, deveria ser privatizada, comparando-a à Energisa, que, segundo ele, oferece um serviço eficiente. Com a palavra, o deputado Chió anunciou que destinou cerca de R\$ 300 mil de suas emendas impositivas para a compra de motos para agentes comunitários de saúde nos municípios de Nova Palmeira, Pedra Lavrada e Arara. Destacou a importância de fornecer veículos para esses profissionais, especialmente os que atuam na zona rural, onde precisam percorrer longas distâncias diariamente. O deputado também se comprometeu a duplicar o valor de suas emendas para 2025, incluindo o município de Remígio. Chió pediu que outros deputados também destinassem suas emendas para apoiar a saúde básica nos municípios paraibanos e solicitou a ajuda dos parlamentares federais para aumentar os recursos. Além disso, ele agradeceu ao governador João Azevedo pelas obras hídricas na região de Barra de Santa Rosa e fez um apelo à Cagepa para que negocie as contas de água atrasadas de famílias carentes nos municípios de Arara, Remígio e Esperança, que acumulam dívidas principalmente devido a juros e multas. Último inscrito, o deputado João Gonçalves começou parabenizando os estudantes de Direito presentes na

Assembleia e esclarecendo informações sobre a obra de esgoto no bairro José Américo e Colibris, em João Pessoa. Ele corrigiu uma afirmação feita anteriormente, informando que a obra já foi concluída em parte e está em andamento em outras áreas, negando que haja problemas com bombas. Em seguida, o deputado criticou a empresa ANE, responsável pelo abastecimento de água em Santa Rita, classificando-a como inoperante e acusando-a de cobrar valores exorbitantes, especialmente na zona rural, onde uma ligação de água custa R\$ 700, em comparação aos R\$ 100 da Cagepa. Relatou ter recebido diversas reclamações de moradores sobre o aumento das contas de água e defendeu que a Assembleia Legislativa deveria tomar medidas mais efetivas para discutir e resolver a situação. João Gonçalves também expressou apoio ao candidato Nilvan Ferreira, que concorre à prefeitura de Santa Rita, e solicitou ao governador João Azevedo que organize um mutirão de saúde na cidade para atender à população, que sofre com atrasos em cirurgias, consultas e exames. Por fim, o deputado fez um repúdio ao prefeito de Lucena, denunciando que um candidato a vereador bloqueou uma estrada com uma caçamba de barro, prejudicando a passagem de veículos e pessoas, incluindo uma caminhada política. Criticou a falta de ação das autoridades locais em resolver a situação, mencionando que o veículo estava irregular e operava de forma ilegal. Em seguida, o Presidente em Mesa, deputado Branco Mendes, declara encerrado o Pequeno Expediente e declara aberta a Ordem do Dia, solicitando ao primeiro secretário que lesse o primeiro item.

ORDEM DO DIA

O secretário, deputado Júnior Araújo, inicia então a leitura do item 1 Vetos. Discussão e votação em turno único, quórum, maioria absoluta. Votando sim, o deputado rejeita o veto, aprovando o projeto e votando não, aceita o veto, rejeitando o projeto. Veto 90/2024 – DO GOVERNADOR DO

ESTADO - Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 3485/2021, de autoria do Deputado Adriano Galdino, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de se publicizar, em eventos festivos e esportivos no Estado da Paraíba, a advertência à prática criminosa do cyberbullying". RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE. PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO. Em discussão o veto parcial. Não havendo quem queira discutir, vamos pedir aos líderes encaminhamento para votação. O deputado líder da oposição encaminha para derrubada do Veto. Nesse momento o Presidente da Casa ocupa seu lugar à Mesa. O líder do Governo, deputado Hervázio Bezerra encaminha para o voto Não, pela manutenção do Veto. Em votação, o Veto foi mantido com 13 votos pela manutenção e 10 pela derrubada. Próximo Veto 111/2024 –DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.507/2023 de autoria do Deputado Wilson Filho, que "Veda no âmbito do estado da Paraíba a divulgação por influenciadores digitais de jogos comercializados por plataformas estrangeiras". RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE. PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO. Em discussão os pareceres pela inconstitucionalidade e manutenção do veto. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovados os pareceres. Em discussão o Veto, não houve discussão. Em votação. A Deputada Cida Ramos defendeu a derrubada do Veto a um projeto que regulamenta os jogos, destacando os graves problemas que eles causam, como suicídios, desarmonia familiar e desvios financeiros. Ela criticou a enxurrada de ofertas insistentes, que pressionam as pessoas, especialmente em dificuldades financeiras, a participar. Cida argumentou que o Estado deve estabelecer regras para proteger os cidadãos e evitar que essa atividade financeira prejudicial opere sem controle. Finalizou reafirmando seu apoio à regulamentação e a intenção de assinar o Projeto, se possível. O deputado Hervázio Bezerra

explicou que o veto se refere apenas à obrigação do Estado em fazer a divulgação do projeto, e que o restante da matéria permanece intacto. Ele afirmou que manter o veto não prejudicaria o mérito do projeto e, como representante do governo, anunciou que o voto seria contra a derrubada do veto. Em votação o Veto. Veto derrubado por 22 votos sim e 2 votos não.

Item 2. Projetos de Lei Complementar – discussão e votação em 1º turno – quórum: maioria absoluta. Projeto de Lei Complementar 30/2024 – DA DEFENSORIA PÚBLICA -Implementa o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado da Paraíba - PROCONDPE/PB, estabelece normas gerais do exercício do poder de polícia e de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei na 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. O Presidente da Assembleia, deputado Adriano Galdino, colocou em votação a urgência urgentíssima de uma propositura, informando que essa votação também se aplicaria a outras propostas na ordem do dia. A urgência foi aprovada por maioria, com votos contrários dos deputados George Morais, Camila Toscano e Anderson Monteiro. Relator especial, deputado Jutay Meneses deu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão o parecer. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer. Em discussão o Projeto, não houve discussão. Em votação. Projeto de Lei 30/2024, da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, foi aprovado pela unidade dos deputados presentes nesta sessão, em primeiro turno. Projeto de Lei Complementar 31/2024 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relator especial, deputado George Morais dá parecer pela aprovação da matéria. Em discussão o parecer. Não houve quem quisesse discutir. Em

votação, aprovado o parecer. Em discussão o Projeto, não houve discussão. Em votação. Projeto de Lei 31/2024, do Tribunal de Justiça da Paraíba, foi aprovado em primeiro turno por unanimidade dos deputados presentes. Item 3 Projeto de Lei, discussão em votação em turno único, *quórum* maioria simples. Projeto de Lei 2.843/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Dispõe sobre o Conselho Estadual de Juventude da Paraíba (CEJUP) e revoga a Lei nº 7.801, de 13 de setembro de 2005. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relator especial, deputado Aron Andrade dá parecer favorável. Em discussão o parecer. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer. Em discussão o Projeto. A deputada Cida Ramos pediu para que fosse lida a composição do Projeto. Depois o deputado Jutay Meneses manifestou seu voto contrário a um projeto que, segundo ele, favorece apenas determinados segmentos da sociedade, como LGBTQIAPN+, jovens, indígenas, e quilombolas, em detrimento de outros, como o segmento evangélico. Ele defendeu que o governo deve tratar todos de forma igual e não priorizar grupos específicos, o que, segundo ele, alimenta divisões e discussões desnecessárias. Em seguida, o deputado Júnior Araújo fez uma reflexão sobre o processo legislativo, afirmando que o projeto deveria ter sido analisado nas comissões, permitindo que o deputado Jutay, que representa o segmento evangélico, pudesse sugerir emendas. Ele disse que votaria a favor do projeto, mas destacou a importância de seguir o trâmite regular nas comissões. A deputada Cida Ramos começou sua fala destacando a importância da formalização do conselho para a juventude, mencionando que a Assembleia Legislativa já realizou audiências públicas sobre o assunto. Reconheceu o papel do Parlamento Jovem, um projeto do deputado Adriano Galdino, e enfatizou que o conselho deve ter uma representação adequada tanto do Poder Público quanto da sociedade civil.

Cida argumentou que a juventude não é homogênea e que diferentes segmentos, como jovens da área rural, do comércio, e de comunidades quilombolas, devem ser representados. Ela defendeu que jovens com deficiência e do grupo LGBTQIAPN+ também precisam de representação específica, já que cada grupo possui suas particularidades. A deputada concluiu que o projeto busca atender a diversas demandas da juventude e que não é viável incluir apenas uma representação religiosa, pois deveria haver inclusão de todas as crenças. Em votação, o Projeto 2.843/2024 aprovado por maioria, com voto contrário do deputado Jutay Menezes.

Projeto do Lei 2.858/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Institui a Política Estadual de Alternativas Penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relator especial, deputado Hervázio Bezerra dá parecer pela aprovação. Em discussão o parecer. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer. Em discussão o Projeto. O deputado George Morais expressou sua oposição ao Projeto sobre a política estadual de alternativas penais com enfoque restaurativo, argumentando que, em um momento de crescente violência na Paraíba, a sociedade exige mais rigor nas medidas de segurança pública. Criticou a proposta do governo, que busca flexibilizar penas em um contexto de medo e insegurança. Em contraste, a deputada Dra. Paula defendeu a aprovação do projeto, ressaltando que a dignidade deve ser garantida aos penalizados. Ela acredita que a proposta pode contribuir para a reintegração dessas pessoas à sociedade, permitindo uma nova vida e oportunidades. A deputada Cida Ramos também se posicionou a favor do projeto, enfatizando a importância da ressocialização. Ela destacou que a privação de liberdade não deve ser a única solução e que muitos jovens cometem pequenos delitos que merecem uma segunda chance. Cida sugeriu que a implementação do projeto deve ser

acompanhada por políticas públicas que ofereçam suporte à educação e ao fortalecimento de vínculos familiares, para que realmente haja a possibilidade de mudança e recuperação. O deputado Jutay Meneses manifestou apoio ao projeto de lei que visa à ressocialização de apenados, citando trabalhos já realizados em presídios e a importância de tratar o próximo com amor e empatia. Ele argumentou que a prática da empatia, mesmo em ações simples do dia a dia, como respeitar vagas de estacionamento, pode fazer uma grande diferença na convivência social. Para Jutay, o projeto é uma oportunidade de contribuir para a ressocialização de jovens e adultos que estão cumprindo pena. O deputado Sargento Rui, por outro lado, expressou sua preocupação com a abordagem do estado em relação aos criminosos, destacando que a solução deve vir da base, com foco na educação e na estruturação familiar. Ele defendeu que, apesar de não ser a favor de condições desumanas para os presos, acredita que a sociedade não pode ser prejudicada ao soltar criminosos. Rui compartilhou uma experiência pessoal de quase ser assaltado e argumentou que o sistema penal deve ser rigoroso para prevenir a reincidência, como observou em sua experiência nos Estados Unidos. Ele concluiu que tratar criminosos de forma leniente pode colocar em risco a segurança da sociedade. Em votação, o Projeto de Lei nº 2.858/2024, do Governo do Estado, foi aprovado por maioria dos deputados presentes nesta sessão, com voto contrário do deputado George Moraes. Próximo, Projeto de Lei 511/2023 – DO DEPUTADO DR. ROMUALDO – Cria o Festival dos Povos Indígenas da Paraíba, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA SUPRESSIVA. PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA PELA APROVAÇÃO. Em discussão os pareceres. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado os pareceres. Em discussão o Projeto, não houve discussão. Em votação. Projeto de Lei nº 511/2023, do

deputado Dr. Romualdo, foi aprovado pela unidade dos deputados presentes nesta sessão. Projeto de Lei 1.258/2023 – DO DEPUTADO CHIÓ – Dá nova redação aos arts. 1º e 2º e acrescenta o art. 4ºA à Lei nº 12.108 de 25 de outubro de 2021, que dispõe sobre a isenção na inscrição aos atletas com deficiência e aos atletas guias que são acompanhantes de pessoas com deficiência nas corridas de rua maratonas, meias maratonas e congêneres no estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE REDAÇÃO. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relatora especial, deputada Jane Panta dá parecer pela aprovação da matéria. Em discussão o parecer. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer. Em discussão o Projeto, não houve discussão. Em votação. Projeto de Lei 1.258/2023, do deputado Chió, foi aprovado por unanimidade pelos deputados presentes com emenda de redação. Próximo, Projeto de Lei 1.491/2023 – DO DEPUTADO DR. TACIANO DINIZ – Reconhece a “Festa da Padroeira Sagrada Família” realizada em dezembro no município de Serra Grande – PB como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado o Deputado Anderson Monteiro como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade. 1.603/2024 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO – Reconhece a tradicional Festa de São Sebastião, em Olivedos/PB, como Patrimônio Histórico, Cultural e Bem Imaterial do Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado a Deputada Silvia Benjamim como relatora especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o

parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade. 1.693/2024 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO – Dispõe sobre a emissão de carteira de vacinação em Braille para as pessoas com deficiência visual do Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado a Deputada Cida Ramos como relatora especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade. 1.881/2024 – DO DEPUTADO BRANCO MENDES – Dispõe sobre instituição da política estadual de incentivo a criação de consórcios intermunicipais agropecuários, no estado da Paraíba e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA SUPRESSIVA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado a Deputada Daniele do Vale como relatora especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade. 1.903/2024 – DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN – Projeto de Lei que estabelece diretrizes para capacitação de profissionais de segurança pública em matérias relativas à violência contra mulher no ambiente virtual no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE EM APENSO O PROJETO DE LEI Nº 1998/2024. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado a Deputada Daniele do Vale como relatora especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não

houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade. 1.934/2024 – DO DEPUTADO GEORGE MORAIS – Cria a Política de Negociação Especial de Dívidas da Pessoa Idosa no âmbito do Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA SUPRESSIVA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado a Deputada Camila Toscano como relatora especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade, com emenda modificativa. 1.949/2024 – DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN – Projeto de Lei que declara a "festa da padroeira da Diocese de Campina Grande - Nossa Senhora da Conceição" como patrimônio cultural e imaterial do Estado da Paraíba e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado a Deputada Francisca Mota como relatora especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade. 2.181/2024 – DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO – Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Paraíba a campanha Rompa o Ciclo da Violência, a ser realizada na primeira semana de março, e adota outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado a Deputada Dra. Jane Panta como relatora especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade. 2.289/2024 – DA DEPUTADA FRANCISCA MOTTA – Dispõe sobre o reconhecimento de

relevância educacional da robótica e como esporte de competição no Estado da Paraíba, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Projeto retirado de pauta. 2.520/2024 – DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO – Altera a Lei 13.288, de 05 de junho de 2024, que dispõe sobre a isenção aos idosos na participação em eventos esportivos, no âmbito do Estado da Paraíba. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado o Deputado Rui como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade. Em seguida, foi passada a presidência para o Deputado Felipe Leitão. 2.719/2024 – DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Concede o Título de Cidadã Paraibana, a senhora Maria dos Anjos Mendes Gomes, a mestra d'óci, pelos relevantes serviços prestados ao estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade. Inclusões de Pauta: PLO 2.536/2024 – DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO - Denomina de José Heitor Souza Mangueira a Nova Escola do bairro Nossa Senhora de Fátima, localizada no município de Conceição – PB. Designado o Deputado Jutay Menezes como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade. PLO 2.844/2024 – DO DEPUTADO JUTAY MENEZES – Dispõe sobre a criação do dia estadual do policial penal e dá outras providências. Designado a Deputada Silvia Benjamim como relatora especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade Em discussão o

projeto, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade, com emenda do Deputado João Gonçalves. PDL 14/2024 – DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA – Autoriza o Poder Executivo a alterar as programações orçamentárias relativa à Emenda de Apropriação/Impositiva de nº 09 constante do Anexo da Lei nº 13.041, de 05 de janeiro de 2024 e dá outras providências. Designado o Deputado Júnior Araújo como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade. PLO 1.683/2024 – DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES – Denomina de Dr. Antônio Martildes Leite a Cadeia Pública Estadual de Conceição/PB. Designado o Deputado Júnior Araújo como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, projeto aprovado por unanimidade. Em seguida, após sugestão da Presidência para votação em bloco, com concordância das bancadas, foi votado em bloco os itens 4, 5, 6, 7 e 8 da pauta, sem destaques, obtendo aprovação das matérias de autoria dos deputados que estavam presentes, adicionados as inclusões de pauta autorizadas pela Mesa. Logo após, não houve mais nada a ser deliberado e o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão. Sala das sessões, João Pessoa, 17 de setembro de 2024.



DEP. ADRIANO GALDINO
Presidente



DEP. JUNIOR ARAÚJO
1º Secretário

- 2º SECRETÁRIO -